Começam obras de melhorias em novo trecho da PR-218

Começaram no início deste mês as melhorias em um novo trecho da PR-218, na região Noroeste do Estado. Desta vez os trabalhos estão nos 20 quilômetros entre o município de Amaporã e Graciosa, passando por Deputado José Afonso, distritos de Paranavaí, e beneficiam mais de nove mil habitantes.

Os serviços são feitos por meio do lote 13 do programa Conservação de Pavimentos (COP) do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR).

São remendos superficiais e profundos, visando resolver defeitos no pavimento, como buracos; a reperfilagem com concreto betuminoso usinado a quente (CBUQ), que deixa a pista plana, sem deformações; e a implantação de drenos, utilizados para rebaixar o nível do lençol freático em locais específicos, garantindo a durabilidade do pavimento. A previsão é que os serviços se estendam até o final do ano.

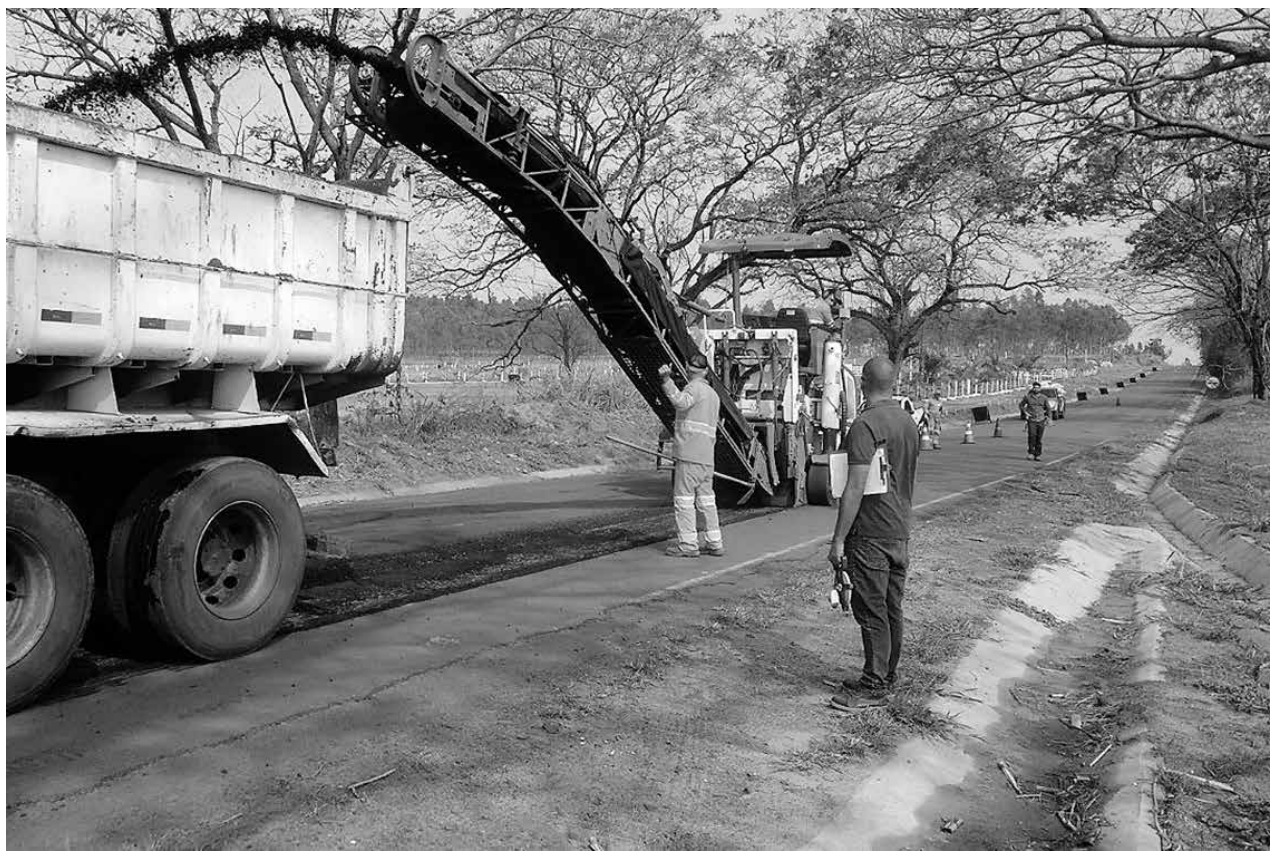
"A PR-218 é um corredor para transporte de carga dos municípios ao oeste de Paranavaí e também do Mato Grosso do Sul. A produção agrícola da região sai ganhando muito com essas melhorias na rodovia, o que beneficia toda a população local", afirma o secretário estadual de Infraestrutura e Logística, Sandro Alex. "Além, é claro, de garantir mais segurança e conforto para todos os condutores que moram na região ou estão de passagem", acrescenta.

A rodovia já recebeu serviços de conservação entre Planaltina do Paraná e Santa Isabel do Ivaí, em uma extensão de 27,52 quilômetros. Os trabalhos desta etapa foram concluídos em agosto.

"As rodovias contempladas no programa de Conservação de Pavimentos passam por uma análise cuidadosa e frequente, que define quais dos serviços disponíveis irão melhor atender cada trecho e a ordem em que serão atendidos", explica o diretor-geral do DER/PR, Fernando Furiatti.

No lote 13 do COP deverão ser contemplados ao todo 119,54 quilômetros da PR-218, entre o entroncamento com a PR-561, próximo a Paranavaí, até Santa Isabel do Ivaí, e de Loanda até Querência do Norte.

Fonte:http://www.aen.pr.gov.br



Cresce interesse por formalizar serviços de turismo no Paraná

No Paraná o número de meios de hospedagens inscritos no Cadastur cresceu quase 39,77%, acompanhando significativos crescimentos nos outros segmentos. Os dados são do Ministério do Turismo. Em agosto de 2018 eram 1.707 empresas cadastradas. Neste mesmo período em 2019 cresceu para 2.386.

O crescimento expressivo de pessoas físicas e jurídicas credenciadas reforça que a ação de fiscalização e conscientização encontrou respaldo em todo o setor, que entendeu a importância de estar regularizado, formalizado, e assim desenvolvendo o setor.

Para o presidente da Paraná Turismo, Jacob Mehl, a conscientização do empresário ligado ao segmento foi fundamental para esse crescimento. "É uma satisfação pra nós vermos que há uma conscientização de toda classe, do trade do turismo, hotelaria, hospedagem, transporte, receptivo, enfim para nós é muito importante, lembrando que o Cadastur propicia aos municípios vantagens econômicas muito importantes", disse Jacob.

Segundo a Lei do Turismo, sete atividades turísticas devem possuir cadastro obrigatório: guias de turismo, agências de viagens, meios de hospedagens, transportadoras, empresas organizadoras de eventos, acampamentos turísticos e parque temáticos.

A Paraná Turismo é o organismo credenciado pelo Ministério do Turismo, através de cooperação, para cadastrar as empresas, empreendimentos e serviços turísticos no Paraná. Para se cadastrar acesse www.cadastur.turismo.gov.br e seguir o passo a passo, O cadastro do Ministério do Turismo é totalmente gratuito.

Para facilitar ainda mais o cadastro, foi lançado ano passado o Cadastur 3.0, que possibilitou a inscrição eletrônica, feita em uma interface interligada ao banco de dados da Receita Federal, oferecendo menos burocracia e mais rapidez para quem deseja estar formalizado.

Fonte:http://www.aen.pr.gov.br

Paraná leva ao governo federal projetos em defesa das mulheres

O Governo do Paraná leva ao governo federal nesta semana projetos em defesa das mulheres. A coordenadora de Políticas para Mulheres do Governo do Estado, Goretti Bussolo, participa em Brasília da reunião da Secretaria Nacional de Proteção Global do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que vai construir um plano nacional de atenção a públicos vulneráveis.

Ela vai apresentar 15 projetos em defesa da mulher que podem ser incorporados na estratégia do governo federal, inclusive com possibilidade de implementação de pilotos no Paraná. Os trabalhos envolvem, principalmente, a proteção da mulher no campo, nas periferias, no sistema penitenciário e vítimas de qualquer tipo de violência. Também busca reforçar o empoderamento das mulheres diante das políticas públicas.

Em linhas gerais, os projetos versam sobre apoio à criação de órgãos municipais da mulher, implementação de Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) com oferta de atendimento especializado e humanizado, elaboração e execução de campanhas de prevenção contra a violência e unidades móveis para atendimento socioassistencial itinerante. Há também o banco de dados em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública e formação continuada de servidores públicos e profissionais que realizam os atendimentos.

FINANCIAMENTO

O Governo do Estado também planeja linhas de financiamento para executar esses projetos voltados para as mulheres. Os recursos são necessários para capacitação, operacionalização e supervisão dos programas e projetos.

"O Governo do Paraná está trabalhando em parceria com o governo federal desde o começo do ano", informa Goretti. "Alguns desses projetos já estão em execução no Estado, em menor escala, mas com aceitação cada vez maior. O intuito é que essas iniciativas possam ser inseridas na política pública nacional e que o Paraná seja palco de algumas delas".

A Coordenadoria de Políticas para Mulheres pertence à estrutura da Casa Civil e pretende desenvolver ações de enfrentamento, combate e prevenção do ciclo de violência contra a mulher e facilitar o acesso à informação sobre direitos e conquistas, além de aprimorar recursos como o botão do pânico e ações intersetoriais.

CONTEXTO

O Brasil contabilizou mais de 66 mil casos de violência sexual em 2018, o que corresponde a mais de 180 estupros por dia. Entre as vítimas, 54% tinham até 13 anos, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O aumento nos casos de estupro, cuja maior parcela de vítimas é do sexo feminino (82%), vem acompanhado de um crescimento em outras modalidades de crime contra mulheres, como feminicídio (aumento de 5%) e agressão doméstica (4%).

Os números ajudam a motivar essa necessidade de estabelecer ações permanentes e que permeiem todas as áreas do Estado, segundo Goretti Bussolo. "Eu penso na mulher que eu fui, a mulher que é a maioria da população. Sou uma ex-empregada que passou a estudar e hoje trabalha com políticas públicas para mulheres. Também vivi a violência sexual e doméstica, conheço as necessidades e dificuldades de uma mulher para sair de um relacionamento abusivo", complementou.

PREVENÇÃO

A Coordenadora de Políticas para Mulheres do Governo do Estado também ajudou a escrever o projeto Acolha a Vida, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que visa a prevenção do suicídio e automutilação.

O objetivo é promover a qualidade de vida das famílias brasileiras a fim de ativar a rede interna e o suporte social para garantir proteção ao desenvolvimento de crianças e jovens e, consequentemente, reduzir os índices de suicídio e autolesão sem intenção suicida. A partir da Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, aprovada neste ano, o Ministério planeja implementar um observatório estatístico que permita entender o fenômeno e saber onde ocorre com maior intensidade.

A lei também propõe garantia de acesso à atenção psicossocial das pessoas em sofrimento psíquico agudo ou crônico, especialmente daquelas com histórico de ideação suicida, automutilações e tentativa de suicídio; abordagens a familiares e pessoas próximas das vítimas para garantir assistência psicossocial; e promoção da educação permanente de gestores e de profissionais de saúde em todos os níveis de atenção.

No Brasil, estima-se que entre 5 a 9,9 mortes por 100 mil habitantes em 2018 tenha tido como causa o suicídio. Segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, cerca de 20% dos jovens brasileiros se mutilam, o que representa 14 milhões de pessoas.

Fonte:http://www.aen.pr.gov.br